

O PLÁGIO NA PESQUISA CIENTÍFICA DO ENSINO SUPERIOR

The plagiarism in scientific research of higher education

Elani Regis de Oliveira Araújo

elaniregis2@gmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Pós graduação em Docência do Ensino Superior pela FAIBRA. MBA em Coaching e Gestão por competências pela UCAM- Pró Saber.

RESUMO: Tendo em vista os diversos problemas causados pelo plágio na pesquisa científica em todos seus níveis, este trabalho, através da revisão de literatura e método qualitativo, visa contribuir com a apresentação de um levantamento de dados sobre a temática, reunindo visões de especialistas, bem como alistando alguns problemas causados e ferramentas que vem sendo utilizadas para coibir tal ação. Concluiu-se que a internet trouxe vários benefícios no acesso a informações importantes para toda natureza de pesquisa, porém também trouxe facilidade para o pesquisador que decide percorrer um caminho menos árduo, tomando como seu o trabalho feito por outro. Outrossim, torna-se importante professores e bibliotecários trabalharem em conjunto buscando meios eficazes de repassar aos alunos métodos de pesquisas e alertando-os sobre os malefícios do plágio à pesquisa científica.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Científica. Plágio. Internet. Pesquisa no ensino superior.

ABSTRACT: Considering the problems caused by plagiarism in scientific research at all levels, this work, through a literature review and the qualitative method, aims to contribute with the a data collection presentation on the subject. It brings together the visions of specialists, as well presents some problems caused and tools that have been used to restrain plagiarism. The research finds that the internet brought several benefits to information access in all nature of researches, but it also made

easy for the researcher that decides to choose less arduous research paths, taking as his the work of others. It also becomes important for teachers and librarians to work together to achieve efficient methods for passing research methods to the students and warning them about the harm of plagiarism in scientific research.

KEYWORDS: Scientific research. Plagiarism. Internet. Research in higher education.

1 Introdução

Para fins de introdução, Andrade (2001, p.16) explica que pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, e tem como primordial objetivo solucionar problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos, e Rampazzo (2005, p. 49) complementa que a pesquisa é reflexiva, sistemática e controlada, e crítica, que permite descobrir novos fatos ou dados.

Prodanov e Freitas (2013, p. 43) esclarecem que:

A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para qual o repertório de um conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação.

Além de métodos, a pesquisa científica precisa de mentes curiosas, cognitivas e críticas que veem, através desta, como solucionar questões e entendê-las, que não se limitam a “ler” a teoria e sim aplicá-la, conhecê-la na prática, e que possam ajudar na melhoria de vida da sociedade de modo geral.

São inegáveis as melhorias causadas pela pesquisa. Graças à investigação científica, a cada dia novas formas de aperfeiçoar a vida cotidiana humana são descobertas. Podem-se citar os avanços na filtragem de água, por exemplo, uma vez que, mesmo que alguém já houvesse descoberto um meio de tornar a água poluída em potável, outra pessoa com a mesma intenção mas com outra ideia tentou outros meios e conseguiu o mesmo feito. Assim, hoje podemos contar com várias formas de se filtrar água. Em síntese, o que vemos é o efeito favorável e inegável de novas ideias e curiosidades postas em prática, que melhoram a vida cotidiana da sociedade, como no caso citado acima: provavelmente, em algum lugar em que há precariedade

de água potável, está sendo usado um dos recursos criados pelos pesquisadores para melhoria da qualidade de vida, e isso não quer dizer que não há novas pesquisas em andamento para esta mesma invenção.

Para Tsallis (1985, p. 571) a pesquisa, além de proporcionar a satisfação da curiosidade:

[...] gera bem-estar: bem-estar fisiológico, corporal, bem-estar psíquico, bem-estar material. A pesquisa gera prazer: prazer musical, estético, prazer de aceder ao difícil, o prazer da troca, do intercâmbio, no espaço, no tempo. A pesquisa gera economia: economia de tempo, economia de energia, economia de recursos do solo, agropecuários, marítimos, humanos, economia de recursos financeiros, monetária. A pesquisa gera autonomia, independência, autogestão, gera real poder de decisão sobre nossos próprios destinos. A pesquisa gera notável qualificação nos profissionais de todos os horizontes, gera um potencial humano de dinamismo e versatilidade, gera pessoas conscientes de suas responsabilidades, de suas limitações e de seus talentos, rasga véus de ignorância, preconceitos mistificadores, abre espaços, estimulam interações, frequentemente interdisciplinares, não raro as mais fecundas.

No Brasil, através de leis, é possível ver a importância que é dada a prática da pesquisa na educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, por exemplo, afirma no artigo 43, que a educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa

científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996)

Na mesma lei, no artigo 52, ainda há outras recomendações, importantes a serem aqui destacadas:

[...] as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural,

quanto regional e nacional. (BRASIL, 1996)

Deste modo, há várias recomendações nas leis brasileiras, em especial na supracitada LDB, que de certa forma, impõem às instituições de ensino superior que subsidiem, pratiquem e publiquem a pesquisa, tendo em vista seu valor para a educação, de modo geral, para a comunidade e em especial para o próprio pesquisador.

Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nasceram da pesquisa. O professor precisa da prática da pesquisa, para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela, para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa, para poder dispor de produtos do conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa, para ser mediadora da educação. (SEVERINO, 1996, p.63).

A iniciação à pesquisa científica na instituição de ensino deve ser de uma forma que leve ao aluno não só interesse para o ato de pesquisar, mas também a ética que este tipo de pesquisa precisa, bem como os métodos e comportamentos que ela exige.

Como uma das ferramentas da universidade nesta empreitada de levar o aluno ao universo da pesquisa, a disciplina de metodologia científica tem grande relevância, uma vez que:

A preparação, a redação e a representação de trabalhos científicos envolvem um grande número de questões de natureza técnica e estética, dentre as quais, pode-se destacar a disciplina, a criatividade na seleção da biografia, a leitura de forma organizada, a ousadia e o rigor na abordagem do assunto, além da obediência a certas normas de redação e apresentação do texto final. A metodologia científica irá abordar as principais regras da produção científica para alunos dos cursos de graduação, fornecendo uma melhor compreensão sobre a sua natureza e objetivos, podendo auxiliar para melhorar a produtividade dos alunos e a qualidade das suas produções. (MAIA, 2008, p. 2)

O aprendizado de métodos adequados para introdução à pesquisa científica pode trazer inúmeros benefícios ao aluno que, na maioria dos casos, vem de um ensino básico, que não o introduziu na prática da pesquisa e muito menos desenvolveu uma mente crítica. Desse modo, dentre os benefícios desta introdução, pode-se citar o conhecimento do ponto inicial da pesquisa, como por exemplo, o que ele deve fazer para dar início a sua jornada, como encontrar as fontes e como identificá-las quanto a sua validação. Há então uma série de fatores para o sucesso do pesquisador que envolve o próprio discente, o professor/orientador e as instituições de ensino de modo geral.

Para o aluno que busca sair da universidade capacitado para o desafio do

cotidiano de sua profissão, a prática da pesquisa e do pensamento crítico, tem grande significância. Uma vez que a qualidade do profissional pode ser constatada na sua capacidade de se reinventar e em sua constante atualização de ideias e ações, aquele discente que saiu do ensino superior e não aprendeu a pesquisar, será um profissional que não superará problemas novos ou inesperados porque não sabe pensar, nem aprender a aprender, será apenas obediente. Há ainda aqueles que aprenderam a se informar de forma solta, e só buscam algo novo mediante o impacto de um problema ou erro. Porém, há aqueles que descobriram os ganhos no pensar, questionar e formular questões, esses puxam a vanguarda e refazem sua profissão (DEMO, 1997, p.73).

O que distingue a educação superior da educação escolar é a pesquisa científica. Logo, se essa prática não for ofertada, esta não se diferenciará das classes básicas. Assim, para a universidade, os ganhos com um maior número de pesquisadores bem preparados e pesquisas bem elaboradas são incalculáveis, além do respeito da comunidade científica. Porém, quando a universidade não cumpre seu papel, ela “[...] joga fora a chance formidável de postar-se no centro do desenvolvimento humano, ocupando aí o papel de matriz essencial da competência humana histórica.” (DEMO, 1997, p.62).

A importância da pesquisa para a universidade e para o próprio aluno é indiscutível e é através da pesquisa que o aluno conhece os estudos de seus pares, se mantém informado e informa as novidades da sua área, bem como revela ao aluno informações ocultas na teoria. Para o professor é uma forma de manter seus alunos atualizados e instigados a também se tornarem pesquisadores, tirando-os da forma passiva para a ativa.

Para a universidade o ganho é também grandioso, uma vez que ela também terá seu nome aliado aos trabalhos provenientes destas pesquisas, além de ganhos financeiros e respaldo entre as outras universidades e comunidade científica. Para a sociedade, os ganhos são incalculáveis uma vez que a prática aliada à teoria utilizada por pesquisadores trazem melhorias para o bem-estar e dignidade da comunidade.

2 A pesquisa científica e sua divulgação *on-line*

O que era utópico hoje é realidade e, em alguns casos, imprescindível. Em

séculos anteriores, o conhecimento então percorria uma longa jornada até chegar às mãos de um pesquisador, seja por sua geografia (localização) ou por sua falta de registro. Várias foram as práticas de pesquisas que provavelmente se perderam por falta de quem ou como a disponibilizasse. Assim, quantas pesquisas não foram refeitas várias vezes por pessoas, em diferentes lugares do mundo, ao mesmo tempo, já que uns não sabiam da existência da pesquisa do outro? Quanto tempo poderia ter sido ganho?

Meadows (1999, p. 7) defende que a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade o nome de pesquisa, enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. A pesquisa, então, não só deve ser praticada, como disponibilizada. Surge, então, a questão da disseminação de informações científicas que, outrora, ocorria através da troca de cartas entre pesquisadores, que usavam este meio de comunicação para discorrer sobre sua pesquisa e manter-se atualizado sobre o trabalho de seus pares. Com o correr do tempo, esta comunicação foi melhorada através dos periódicos científicos:

Os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões. Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas, gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação. Do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações. (MEADOWS, 1999, p.7)

Com o surgimento dos periódicos científicos, a disseminação ficou mais facilitada, uma vez que se sabia onde encontrar atualizações da área científica com seriedade em determinada obra. No corrente de 2015, comemora-se 350 anos das primeiras revistas científicas, intituladas de *Journal des Sçavans* e *Philosophical Transactions*, ambos lançados em 1665, e perduram até os dias atuais. Um deles, porém, sucumbiu à tecnologia, desde fevereiro de 2014: o *Journal des Sçavans* está disponível online na *Bibliothèque Nationale de France Gallica digital library*. (SPINAK, 2015). Segundo Ferreira (2006, p. 592) on-line refere-se a:

(on-láin) [Ingl.] adv. 1. Em conexão com, ou entre, sistemas de processamento ou transmissão de informação. adj2g2n. 2. Inform. Diz-se de periféricos, etc. que se encontram conectados a um sistema computacional, ou acessível para utilização por este.

O mesmo termo traduzido do inglês para o português significa “em linha”, um termo bastante utilizado, que segundo ainda o dicionário Aurélio (2006, p. 518) quer dizer “contato ou conexão entre aparelhos de telecomunicação, ou sinal elétrico que transposta mensagens à distância”. Assim, pode-se dizer que, ambos os termos definem o ato de acesso a informações com auxílio de computadores e acesso à rede mundial de computadores.

Várias foram as modificações que a internet trouxe para a sociedade. Uma delas foi a possibilidade de ter acesso aos mais variados assuntos, bem como, também, disponibilizar informações que, de alguma forma e razão, alguém poderia ter interesse. Porém, vale ressaltar que há algum tempo esta prática era utópica. Lancaster, em 1976, apresentou um dos mais polêmicos trabalhos a respeito do sistema de comunicações sem papel, no qual predizia que uma nova sociedade vinha surgindo muito rápido, com ou sem a aprovação dos profissionais de informação. Embora não tenha sido o primeiro a prever tal futuro, muita gente não levou a sério suas previsões.

Dizia ele, também, que era o momento das organizações responsáveis estudarem as implicações que as mudanças tecnológicas estavam trazendo para as profissões em geral e para os cientistas em particular, como produtor e usuário da informação. Suas previsões para o ano 2000 eram de que através de terminais on-line, os cientistas coletariam informações, escreveriam artigos, criariam arquivos, acessariam bases de dados e conversariam com colegas. Este tempo já chegou e, hoje, com o uso da Internet, todas estas atividades, e outras mais, são passíveis de serem realizadas pelos pesquisadores (STUMPF, 1997, p.2).

Assim, a internet e seus adventos estão se transformando em grandes meios divulgadores das informações, em especial as científicas, algo que há algum tempo, entre os idealizadores das primeiras revistas, já havia um consenso quanto a importância desta ação para a comunidade, em geral, e em especial para os próprios pesquisadores.

Certamente, a publicação de textos científicos foi a primeira prova concreta dessa mudança comprovada pela migração das publicações impressas para eletrônicas. A busca por fluxos de comunicação científica mais eficientes, baratos e transparentes, levou a comunidade científica a adotar novas formas para publicar seus produtos científicos a partir do domínio de uma tecnologia própria. (FERREIRA, 2007, p. 141)

Meadows (1999, p. 152) lembra que é cada vez mais usual os autores entregarem seus originais em formatos eletrônicos às editoras, e que elas já estão acostumadas a trabalharem com a informação digital, uma vez que a rapidez de publicação e atualização é incomparável com os meios físicos.

Com o surgimento da Web e sua consolidação nas últimas duas décadas e meia como o principal meio de intercâmbio de informação da humanidade, a publicação online passou a ser também o meio principal da comunicação científica. Com as facilidades das tecnologias de informação e comunicação, os periódicos e os índices bibliográficos foram renovados e muitas inovações estão em curso. A disponibilidade e interoperabilidade online foram os principais avanços ao lado da emergência do acesso aberto, da publicação continuada de artigos assim que são aprovados pelos comitês editoriais, dos megajournals e do fortalecimento da visibilidade dos periódicos dos países emergentes e em desenvolvimento com programas e redes como SciELO e similares. (SPINAK, 2015)

Porém, há problemas que as editoras e autores encontram ainda hoje, referentes às limitações de leitura na tela de um computador, tablet, celular ou qualquer outro meio eletrônico de leitura. Ao mesmo tempo que o leitor quer que a informação seja portátil, ele quer também o conforto do manuseio de um livro impresso. Logo, não é difícil entender que a leitura de textos no meio digital ainda é menos satisfatória que a leitura de textos impressos.

Várias soluções são implementadas a cada dia para tentar modificar essa realidade, algumas já estão bastante adiantadas. Porém, mesmo com todos estes e alguns outros problemas ergonômicos, as revistas eletrônicas estão cada vez mais usufruindo destas tecnologias de disseminação e acesso à informação, já que, ao contrário de um livro, artigos são bem menores e por isso precisam de bem menos tempo de leitura. Pode-se citar também, como ponto favorável, o acesso rápido e as possibilidades de busca de informações dentro deste leitor (MEADOWS, 1999, p. 153).

Não havia dúvidas que a tecnologia e recursos eletrônicos afetariam o ciclo da comunicação científica, principalmente em termos de velocidade e acesso às informações mas algumas fases do processo encontraram uma barreira: a questão do embargo ao acesso aos documentos feito pelas grandes editoras. Em busca de uma solução para o problema, as iniciativas que incentivavam a auto submissão de e-prints, bem como a publicação em periódicos de acesso livre possibilitaram uma primeira alteração no ciclo tradicional da comunicação científica. (SALES; SAYÃO, 2012, p. 129)

Os autores lembram uma importante questão dentro da divulgação científica que é o acesso, de fato. Tendo em vista a importância dos veículos de informação desta tipologia de assunto, seus custos são elevados, praticamente exorbitantes, dentro da realidade financeira atual da maioria da população mundial. Claro que se há de levar em conta seus gastos de produção, porém, para o público pesquisador de classes baixa e média se torna quase inviável, salvo pelo acesso a computadores com internet em universidades.

Targino (2007, p.22) reitera que “os interesses econômicos e políticos prevalecem em detrimento da informação no bojo educacional das nações e dos indivíduos, em seu papel de recurso imprescindível à formação de cidadãos críticos e conscientes”. Para gerar informação é preciso ter informação, logo, se não há informação torna-se praticamente impossível de se fazer uma pesquisa, em especial, a científica. Um pesquisador universitário adentrando no meio científico, sem acesso a informações científicas, provavelmente não se tornará um pesquisador de sucesso, uma vez que não estará atualizado com as novas técnicas e métodos e tão pouco será instigado a novas pesquisas sem antes ter lido algo de qualidade a respeito.

Conclui-se, então, neste tópico, que as pesquisas científicas online não são mais algo utópico e, sim, uma realidade. As ferramentas de acesso aos meios eletrônicos estão se adaptando e auxiliando os pesquisadores em suas práticas, tornando-os cada vez mais independentes entre si. Uma vez que o pesquisador encontrou uma fonte de informação de determinado assunto e faz sua pesquisa e a publica, ele passará também a colaborar com aquela fonte, tornando-se também fonte.

Por isso, o acesso facilitado a este meio de comunicação como a internet produz, além de conhecimento, uma comunicação entre cientistas e sociedade necessária à perpetuação das pesquisas científicas.

3 O plágio em pesquisa científica acadêmica

Com a disseminação de informação cada vez mais em alta, há inconvenientes que precisam ser discutidos, como por exemplo, a apropriação indevida de autoria. Apesar deste empecilho em pesquisas ser antigo, hoje há mais facilidade para a ocorrência deste problema, uma vez que há mais acessibilidade a publicações, fato trazido pela internet.

Galvão e Luvizotto (2012, p. 1094) enfatizam que:

A pesquisa científica visa contribuir para a evolução do conhecimento humano em diversas áreas, sendo sistematicamente planejada e executada seguindo rigorosos critérios onde se processam todas as informações que foram colhidas.

Logo, estas informações devem ser as mais irrefutáveis possíveis, pois servirão de base para pesquisas, cuja finalidade é a inovação, e novas visões acerca de

assuntos importantes para a ciência e a sociedade. Assim, se estas informações não forem coletadas com competência, um trabalho poderá ser destruído e a carreira do pesquisador também.

Para Ferreira (2006, p. 634), plágio é o ato de plagiar e plagiar é apresentar como seu o trabalho de outrem. Quem o pratica, foge totalmente de um dos pilares da pesquisa científica que é a ética.

A falta de ética na pesquisa científica indica a falta de capacidade do pesquisador, pois uma pessoa que copia obra alheia sem autorização e sem citar a fonte, se certifica da sua incapacidade, seja por falta de tempo em pesquisar ou simplesmente por não ter interesse. Acaba por se submeter a algo ilegal; o plágio acaba por revelar desonestidade intelectual. (GALVÃO; LUVIZOTTO, 2012, p. 1099).

A ausência de ética na pesquisa científica traz para a comunidade científica sérias complicações aos novos trabalhos, que por sua vez darão origem a outros: uma fonte mal avaliada torna-se uma cadeia de trabalhos produzidos com informações errôneas. Além de, como citado acima pelos autores, revela uma desonestidade intelectual de quem escreve e ganhou respaldo pela pesquisa original. Segundo o site especializado “Plagio.net”, que fornece informações bastante relevantes para novos pesquisadores e orientadores acerca do assunto, os tipos de plágio são: direto, indireto, consentido, de fontes e autoplágio.

1. **Plágio Direto:** Cópia literal do texto original.

2. **Plágio Indireto:** Acontece quando o redator elabora uma paráfrase, isto é, apresenta informações de um documento consultado com as próprias palavras, mas não faz a indicação (citação) nem a identificação (referência) da obra original.

3. **Plágio Consentido:** São as situações envolvendo conluio, isto é, combinação entre duas ou mais pessoas com o objetivo de obter vantagem em alguma situação.

4. **Plágio de Fontes:** Também acontece plágio quando as citações são imprecisas. Isto pode acontecer deliberadamente quando o redator utiliza as fontes do autor consultado como se tivessem sido consultadas em primeira mão.

5. **Autoplágio:** Caso de trabalhos acadêmicos do mesmo autor que já foram apresentados para avaliação em uma determinada disciplina, curso, revista, etc. e são reapresentados para cumprir exigências acadêmicas ou obter nota como se fossem originais.

4 Desonestidade intelectual nas universidades

Para que este mal seja cada vez mais banido da comunidade científica, algumas universidades estão educando seus discentes e docentes para a não prática de plágio, uma vez que grande parte dos pesquisadores são formados no meio acadêmico.

A Internet, sem dúvida, potencializa a incidência do plágio. Contudo, é preciso advertir: a proliferação da desonestidade intelectual nas universidades brasileiras não é culpa da Internet, poderosíssima máquina facilitadora da cópia. Culpá-la é interpretar estreitamente o problema. O responsável por essa grave crise ética é, obviamente, o próprio ser humano. Não pode a rede mundial de computadores ser tachada como vilã, até porque ela configura importante instrumento de pesquisa acadêmica e tende a ser cada vez mais valorizada na Sociedade da Informação em que vivemos. (MORAES, 2004, p.98)

A internet propicia uma gama de facilidades para universitários, os quais buscam informações para as mais variadas atividades acadêmicas. Para os pesquisadores é um local ímpar, onde quase todos os dados que precisam estão ao seu alcance, praticamente sem barreiras. Entretanto, essa facilidade pode ser o estopim que poderá levar um estudante, pelas mais diversas razões, a usufruir de forma errada desta liberdade de acesso.

Contudo, é cada vez mais corriqueiro ouvir falar de pequenas desonestidades acadêmicas como a compra de trabalhos (discentes pagam para ter uma monografia ou artigos feitos por terceiros e em alguns casos estes trabalhos são plagiados de outros trabalhos já publicados), ou até mesmo o próprio aluno que plagia descaradamente, e uma banca de avaliadores desatenta ou que confia na integridade moral dos discentes pode acabar aprovando um trabalho plagiado. Para professores mais atentos, que conhecem seus alunos, nestas situações acabam por desconfiar e submeter o trabalho à leitura mais atenta. De qualquer forma, como o advogado Rodrigo Moraes cita acima, “o responsável por essa grave crise ética é, obviamente, o próprio ser humano.”

Segundo Prati (2014, p. 117), o CNPq, em 2011, se preocupou com os plágios em trabalhos científicos e publicou recomendações e diretrizes sobre a ética e integridade na pesquisa:

a) Ações preventivas e pedagógicas (disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação com orientações claras sobre ética na publicação; divulgação de cartilhas online com condutas adequadas para boas práticas de publicações);

- b) Ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva (a serem realizadas por comissão própria do CNPq).

Essas ações, e tantas outras, desenvolvidas por universidades e por órgãos que auxiliam à pesquisa científica servem para educar os pesquisadores acadêmicos, tornando-os cientes de todos os malefícios causados por esta ação desde o simples trabalho solicitado pelo professor até uma tese. Krokosz (2011, p. 750) aponta que em estudos feitos por Donald McCabe, professor no curso de administração da Universidade de Rutgers, em 2001, constatou-se que em escolas que adotam códigos de honra para pesquisa, os alunos foram menos propensos a trapacear. Em seu artigo intitulado “Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil”, o professor Dr. Krokosz (2011, p.817) fez um estudo no qual ressalta seus resultados:

Constatou-se que nas universidades da Oceania, Europa e América o plágio é abordado de forma diversificada e abrangente, envolvendo medidas institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas. Verificou-se que nas universidades brasileiras o assunto praticamente não é abordado.

Logo, divulgar os malefícios que podem advir para quem pratica o plágio, juntamente com um serviço mais efetivo por parte das IES, poderia ajudar a inibir este ato. Como, por exemplo, a criação de comissões que avaliem trabalhos acadêmicos entregues nas universidades, trabalhos estes que, uma vez aprovados por uma banca, podem trazer prejuízos ao nome da própria instituição.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio da sua Comissão de Avaliação de Casos de Autoria, que trabalham com educação e prevenção, é um exemplo a ser seguido neste quesito anti-plágio. Foi lançada uma cartilha, disponível online, intitulada “Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio” que aborda de forma clara o assunto afim de que seus discentes não incorram nesta situação prejudicial. A cartilha também menciona a importância da citação correta e o que acarreta no caso desta ação não ser feita, como por exemplo, ser submetido a processo judicial. Moraes explica que:

No Brasil, em síntese, a primeira lei contendo referência à matéria autoral data de 1827. Tal diploma se referia à criação de dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais: um em São Paulo e outro em Olinda. Contudo, a primeira lei específica em nosso país sobre Direito Autoral foi a de nº 496, de 1898, denominada Medeiros e Albuquerque, em homenagem ao Deputado Federal relator do projeto. Em 1916, o Código Civil trouxe a disciplina nos arts. 649673 e 1.346-1.358. Em 1973, com o advento da lei nº 5.988, o Direito Autoral saiu do Código Civil, ganhando autonomia

legislativa. Em 1998, entrou em vigor a atual Lei de Direito Autoral, lei nº 9.610, que chamaremos simplesmente de LDA. O Código Civil de 2002 ratificou o entendimento de que o Direito Autoral é um ramo autônomo, com normas próprias e princípios peculiares. (MORAES, 2004, p. 95)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na sua norma 10520:2002 que trata de Informação e documentação - Citações em documentos – Apresentação, auxilia o pesquisador a não cometer plágio. Nesta Norma, pode-se encontrar a forma correta de citar autores em trabalhos sem correr o risco de cometer o plágio. Prati (2014, p. 116-117) menciona que em 2010, a Ordem dos Advogados do Brasil divulgou uma proposição sobre o plágio no ensino superior, através do Diário da Justiça, de número 2010.19.07379-01. “Nesta, há uma recomendação explícita aos professores de ensino superior para utilizarem softwares para detecção de plágio”. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem atualmente, em sua página online, uma lista com detectores de plágio para sua equipe de professores e tutores que cita algumas ferramentas disponíveis:

Plágio de textos:

*Turnitin–http://turnitin.com/pt_br/

*Plagiarism.org.-<http://www.plagiarism.org>

*GlattSelf-Detection Test – <http://www.plagiarism.com/self.detect.htm>

*iThenticate–www.ithenticate.com

*Approbo–<http://approbo.citilab.eu/>

Plágio de textos: Software

* ephorus - www.ephorus.pt/

* Safe Assign - www.mydropbox.com/

* JPlag - www.jplag.de/

* EssayVerificationEngine – www.canexus.com/eve

* WCopyfind – www.plagiarism.phys.virginia.edu/Wsoftware.html

* DOC Cop – www.doccop.com

* Etblast – <http://etest.vbi.vt.edu/etblast3/>

* Ferret – <http://homepages.feis.herts.ac.uk/~pdgroup/>

* Farejador de plágio - www.farejadordeplagio.com.br

Os softwares fazem varreduras em trechos ou textos completos dependendo da complexidade do sistema utilizado. Estas ferramentas auxiliam os professores, em

caso de suspeitas sobre trabalhos que possam ter sido plagiados.

5 Considerações finais

Conclui-se que apesar da internet ter facilitado o plágio ele já existia desde os primórdios. Dessa forma, entende-se que apoderar-se de textos é, além de um crime, um ato egoísta e antiético que põe a carreira, de quem plagia e de quem toma o trabalho plagiado por verdade, em uma encruzilhada. As universidades, por sua vez, têm responsabilidade em fornecer aos seus estudantes e pesquisadores informação acerca do assunto a fim de que se tornem seres éticos. Para isso, deve-se tomar iniciativas (como fez, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense, com sua cartilha e a criação da comissão de educação sobre o plágio), bem como, tornar efetiva a fomentação de normas e meios corretos de se escrever um trabalho acadêmico.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 8.ed. Campinas: Autores associados. 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6.ed. Curitiba: Positivo, 2006.

GALVÃO, A. F.; LUVIZOTTO, C. K. Reflexões sobre a ética e o plágio na pesquisa científica. In: ENCONTRO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, 1, 2012, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNOESTE, 2012. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/Ci%C3%A2ncias%20Humanas/Educa%C3%A7%C3%A3o/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20C3%89TICA%20E%20O%20PL%C3%81GIO%20NA%20PESQUISA%20CIENT%3%8DFICA.pdf>> . Acesso em: 16 maio 2015.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, p. 745 -818. set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11.pdf>> . Acesso em: 17 maio 2015.

MAIA, Rosane T. A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. **Revista Urutágua**. n.14, dez. jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/014/14maia.htm>>. Acesso em: 07 maio 2015.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Tradução de Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MORAES, Rodrigo. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Revista do IAB, Bahia**, p. 343-363. 2004. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>> . Acesso em: 18 maio 2015.

PRATI, L. E. Plágio acadêmico. In: KOLLER, Sílvia H; DE PAULA COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**: recurso eletrônico. (Org.). Porto Alegre: Penso. p. 109-124, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. O impacto da curadoria digital dos dados de pesquisa na Comunicação Científica. **Encontros Bibli**, Florianópolis, p. 118-135, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p118/23573>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pesquisa, pós-graduação e universidade. **Revista da Faculdade Salesiana**, Lorena, v. 24, n. 34, p. 60-68, 1996.

SPINAK, E. 350 anos de publicação científica: desde o "JournaldesScavans" e "PhilosophicalTransactions" até o SciELO. **SciELOem Perspectiva**. 2015. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/03/05/350-anos-de-publicacao-cientifica-desde-o-journal-des-scavans-e-philosophical-transactions-ate-o-scielo/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

STUMPF, Ida Regina Chitto. O uso da internet na pesquisa universitária: o caso da UFRGS. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 21, n.2, p. 189-200, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_88b3e1ac23_0008817.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica e Estado ou Estado e comunicação científica: tanto faz. In: GIANNASI, Maria Julia. et al. (Org.). **Recursos informacionais para compartilhamento da informação: redesenhando acesso, disponibilidade e uso**. Rio de Janeiro: E-papers. 2007. p. 19-45.

TSALLIS, Constantino. Por que pesquisa na Universidade?. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 4, p. 570-572, abr. 1985.